



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**  
**MEMÓRIA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Data: 03 de outubro de 2012**  
**Horário: 13:30h às 17:30h**

<b>MEMBROS SEDS</b>	<b>MEMBROS COGEMAS</b>
Leticia Codagnone F. Raymundo Ana Maria Macedo Larissa Marsolik Tissot Gladys Maria Teixeira Tortato Leticia Regina Hillen Reis	Evanilda Ederson Margarize Dalpiaz Maria de Lourdes Peres San Roman

<b>MEMBROS SECRETARIA TÉCNICA</b>
Marilene Teixeira Motter Deizi Fátima B. Zamzoum Godofredo Steinwandt Neto Renata Mareziuzek dos Santos Leonardo Ferreira Márcia Mazzarotto

**Convidados**

Marcela Divair Martins  
Maria Leonor Zanella  
Mara C. Ferreira

Helena Navarro Gimenez



## PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

### **Pauta**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 28 de agosto de 2012;
- PEC/ Capacita SUAS;
- Municípios que superaram o Plano de Providências;
- Relato da Câmara Técnica - Planos de Apoio aos municípios em Plano de Providências;
- Programa Estadual de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional;
- Critérios para expansão dos municípios prioritários para a expansão 2013 do Programa Família Paranaense;
- Justificativa dos municípios que não finalizaram o Plano Municipal de Assistência Social;
- Plano de Ação FEAS;
- Município de Foz do Iguaçu;
- Revisão das Habilitações;
- Resolução nº 017/2011 CNAS;

### **Informes**

- Construção CRAS;
- Reunião do FONACEAS;
- Plano Viver sem Limites - Cofinanciamento Estadual;

## **APRESENTAÇÃO**

A coordenadora da CIB/PR, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, agradece a presença de todos, em especial aos gestores que se deslocaram de seus municípios em um momento de muita atividade em decorrência das eleições, confirmando o quorum mínimo para realização das pactuações.

## **APROVAÇÃO DA PAUTA DA REUNIÃO**

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo questiona se existem inclusões de pauta.

A pauta foi aprovada com as seguintes alterações:

- Construção de CRAS;
- Demonstrativo Sintético Anual;

- Plano de Ação 2012.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo sugeriu a inversão da ordem da pauta por solicitação da Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, que necessitou se ausentar antes do término da reunião.

### **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE AGOSTO DE 2012**

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo informou que a memória da reunião já havia sido repassada com antecedência aos membros. Os representantes presentes não indicaram nenhuma alteração, e não houve apontamento para correção. Sendo assim, a memória foi aprovada por unanimidade.

### **CONSTRUÇÃO DE CRAS**

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, membro deste colegiado e coordenadora da coordenação de Proteção Social Básica, inicia sua fala, e relembra que a Deliberação 033/2012 do CEAS aprova a utilização do recurso da Fonte 147 do orçamento anual do FEAS, no que se refere à ação de “Co-financiamento para construção de 6 CRAS, utilizando a nova planta de CRAS do Paraná, com metragem de 206,65m<sup>2</sup> aprovada pelo CEAS.

Explana que os 6 municípios seriam primeiramente, aqueles elencados na Deliberação 015/2011- CEAS/PR que aprova a ordem de prioridade para construção dos CRAS.

Relata ainda, que a nova planta de CRAS do Paraná, com metragem de 206,65m<sup>2</sup>, remete a um valor de construção de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este muito acima do valor da planta do CRAS anterior, com custo de R\$ 360.000,00 para cada CRAS construído. Ressalta que dos 6 municípios elencados, 2 desistiram, sendo estes Laranjeiras do Sul e Atalaia.

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, relembra ao colegiado que a Deliberação nº 002/2012 do CEAS delibera o valor de 20% de contrapartida para os municípios na construção do CRAS. Salienta que com a desistência dos municípios de Atalaia e Laranjeiras do Sul, foram utilizados os novos critérios de partilha, deliberados pelo CEAS e discutidos na reunião

anterior da CIB, que elencou os municípios de Marumbi e Nova América da Colina para serem contemplados com a construção de CRAS.

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, destaca que os dois municípios são de pequeno porte, e que os municípios de Nova América da Colina e Marumbi aceitaram ser contemplados com o CRAS, entretanto o município de Marumbi se manifestou alegando que pode investir uma contrapartida de até 10% do valor.

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato propõem ao colegiado que o valor atual da contrapartida de 20% está muito alto, tendo em vista a nova planta de CRAS do Paraná; explana que foram realizados cálculos onde observou-se que o valor de 12% igualaria o valor de contrapartida realizado pelos municípios anteriormente. Com essa proposta os 6 municípios contemplados com a deliberação 033/2012 do CEAS teriam uma contrapartida de 12 %.

O Sr Ederson Margarize Dalpiaz, membro deste colegiado, ressalta que com o aumento da metragem quadrada da planta e conseqüente alteração do valor, é inviável ao município disponibilizar mais de R\$ 100.000,00 no final da gestão para essa contrapartida.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo ressalta que os municípios da Deliberação anterior tiveram um desembolso de R\$ 60.000,00 que correspondia a 20% para a contrapartida com a planta do CRAS anterior. Com o aumento do valor para a construção dos novos CRAS, os municípios contemplados irão participar com o valor de 12% que corresponde a um valor de R\$ 60.000,00.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo questiona os gestores se todos concordam com a proposta.

Pactuou -se por reduzir o percentual mínimo da contrapartida dos municípios de 20 % para 12%, considerando o valor total da obra, além do terreno e dos equipamentos necessários para o seu funcionamento.

## **MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, inicia sua fala, e relembra que foi solicitado ao Escritório Regional de Foz do Iguaçu acompanhar o município de Foz do Iguaçu e realizar relatório referente a situação dos CRAS. Relembra ainda que o município apresentou ao colegiado, em reunião anterior, o Plano de Reestruturação elaborado pelo Ministério Público

de Foz do Iguaçu, e tendo em vista o retorno do relatório do Escritório Regional, sugere ao colegiado que envie comissão da CIB para realizar visita aos CRAS .

O Sr Ederson Margarize Dalpiaz, gestor do município de Foz do Iguaçu, e membro deste colegiado, manifesta-se dizendo que a palavra do gestor não basta neste caso, e diz não saber como esta discussão foi assunto nos debates locais da campanha para a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu. Relembra ainda que apresentou toda a documentação solicitada, pois possui um Plano de Apoio elaborado pelo Ministério Público, entretanto é um tema que sempre volta ao colegiado. Relata que em referência ao PETI, a CIB teve a mesma proposta de realizar visita, com comissão formada por membros da CIB, Cogemas e do Ministério de Desenvolvimento Social, e constataram que os serviços estavam sendo executados.

O gestor Ederson M. Dalpiaz solicita para que fique registrado o descontentamento com a postura do Escritório Regional, neste momento.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, ressalta que estes documentos são públicos não possibilitando identificar de onde as informações surgiram, entretanto, reforça que os escritórios regionais serão orientados novamente de que estes documentos possuem conotação técnica e devem ser trabalhados em conjunto com o município, pois o Estado tem o papel de assessoramento e apoio.

A Sra. Marilene Teixeira Motter, Secretária Executiva da CIB, apresenta ofício nº 1538/12 que foi encaminhado a CIB, pelo Ministério Público de Foz do Iguaçu, onde é questionado “qual a atual situação do município de Foz do Iguaçu, quanto ao nível de habilitação de sua gestão, considerando as informações de que, diante do descumprimento de suas obrigações, estaria em vias de perder a habilitação em gestão plena. E questiona ainda se foi concedido novo prazo para regularização das pendências em sua gestão de assistência social, ou se foi tomada qualquer outra medida”.

Sr Ederson Margarize Dalpiaz, salienta que no dia anterior esteve com o promotor local e sua assessoria, que demonstraram não ter conhecimento sobre o ofício encaminhado, e que ficou acordado entre o gestor municipal e o Ministério Público o envio documental das ações realizadas do Plano de Apoio.

A Sra Marcia Mazzarotto, membro deste colegiado, ressalta que as visitas ao município sempre foram realizadas com a conotação de apoio e assessoria.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, retoma e sugere o

encaminhamento ao colegiado.

A CIB pactuou por realizar visita de membros da CIB, com comissão formada por um representante do COGEMAS e um da SEDS/sede). As representantes indicadas são Gladys Maria Teixeira Tortato e Marcia Mazzaroto, com data de visita a definir.

Em referência a correspondência do Ministério Público, a resposta será enviada com base no processo de habilitação do município.

### **RESOLUÇÃO 017/2011**

A Sra Gladys Maria Teixeira Tortato, inicia sua fala, e explana que durante a capacitação realizada as equipes dos Escritórios Regionais, surgiu o questionamento no que se refere a utilização das Resoluções 005/2010 - CIT e 017/2011- CNAS na análise dos planos de providência dos municípios. Relatou que a Resolução 005/2010 CIT, prevê a equipe de referência do CRAS conforme metas de desenvolvimento por período anual, com a indicação que a equipe seja composta preferencialmente por Psicólogo , bem como orienta o profissional Psicólogo como preferencialmente. A Resolução 017/2011 CNAS prevê a obrigatoriedade do profissional Psicólogo na equipe de referência do CRAS.

A Sra Marilene Teixeira Motter, Secretária Executiva da CIB, ressalta que na reunião ocorrida em fevereiro de 2012, a Sra Letícia Regina Hillen Reis, membro deste colegiado, solicitou que se utilizasse uma única normativa para avaliar os Planos de Providência Habilitação e Metas CRAS, a fim de não confundir os municípios com normativas diferentes. Nessa lógica a Secretaria Técnica da CIB utilizou a Resolução 005/2010 para as avaliações dos processos de Plano de Providências Habilitação e Metas CRAS tendo em vista o ano do Censo.

A Sra Maria Leonor Zanella, técnica da Coordenação de Proteção Social Básica, relata ter realizado consulta a técnica do MDS, e recebido orientação que para as metas de desenvolvimento CRAS, está sendo considerado o psicólogo como preferencialmente, conforme prevê a resolução 005/2010.

A Coordenadora da CIB, Sra Letícia Codagnone F. Raymundo, retoma e sugere realizar consulta a CIT, tendo em vista que a resolução 005/2010 da CIT não está compatível com a resolução 017/2011 do CNAS.

Pactuou-se por encaminhar ofício para CIT apontando a inconsistência das Resoluções nº

017/2011 CNAS e nº 05/2010 CIT, em relação as equipes de referências dos CRAS.

## **CAPACITA SUAS**

A Sra Larissa Marsolik Tissot, coordenadora da Gestão do SUAS, inicia sua fala e apresenta o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS; lembrou que o Plano Estadual de Capacitação já foi aprovado pelo colegiado no ano anterior. Relatou que a resolução do CNAS que institui o CapacitaSUAS, é de 16/08/2012, posterior a todos os planos estaduais de capacitação do país, e salienta que este é um recurso financeiro importante para o estado, mas que necessita de ajustes.

A Sra Larissa Marsolik Tissot, explana que serão apresentados os critérios para distribuição de vaga do programa.

Reforça que o CapacitaSUAS está vinculado ao repasse de recursos para o Estado contratar Instituições de Ensino Superior, vinculadas a rede credenciada e definida pelo MDS e MEC. Salienta que o repasse de recursos já aconteceu, entretanto o Estado está impossibilitado de utiliza - lo, pois está no aguardo do plano de trabalho dos cursos que o MDS enviará.

A Sra Larissa Marsolik Tissot, descreve ainda, o processo de seleção dos trabalhadores a serem capacitados, iniciando pelo público-alvo que serão: gestores, trabalhadores CRAS, CREAS e Órgão Gestor. Elencando 3 cursos a serem realizados:

- 1 de introdução/nivelamento;
- 2 de atualização: - Gestão Financeira e Orçamentária; e Planejamento, Gestão de Equipamento e Regulação;

O termo de aceite preconiza que o estado pretende alcançar 2.030 vagas, com no mínimo 1 vaga por estado distribuídas para: Gestores, Técnicos ou Coordenador do CRAS, Técnicos ou Coordenador do CREAS, Técnicos do Órgão Gestor Municipal, Contador, Técnicos e Chefias dos Escritórios Regionais SEDS, Servidores da Sede da SEDS. Relata ainda que foram adotados procedimentos para o processo de contratação/parceria com as IES, como a publicização dos resultados da formação da rede nacional de capacitação do SUAS e agenda de reunião com as IES.

A Sra Larissa Marsolik Tissot, ressaltou que o estado obteve uma ampliação de 15% do recurso, atingindo o valor de R\$720,00 por aluno, por ter alcançado 3 metas pré-requisito. O Paraná teve 14 Instituições de Ensino Superior com processos deferidos. Propõem ao

colegiado para a próxima reunião apresentar os critérios definidos para os cursos, e as possibilidades de critério de partilha, bem como o instrumento de termo de adesão para a contrapartida do município no apoio e transporte do servidor até o local do curso.

O colegiado pactuou por realizar dois cursos, sendo 1 de nivelamento e 1 de atualização, contemplando 2030 vagas. Para próxima reunião será apresentada proposta dos critérios de vagas e o instrumento de Termo de Adesão para os municípios.

### **MUNICÍPIOS QUE SUPERARAM O PLANO DE PROVIDÊNCIAS**

A Sra Marilene Teixeira Motter, Secretária Executiva da CIB apresentou ao colegiado os municípios que enviaram documentação comprobatória de seus processos de Planos de Providência Habilitação, superando as pendências.

O colegiado pactuou pela manutenção em gestão básica dos municípios Sengés, Porto Barreiro, São Tomé, Farol, Japurá.

### **PLANOS DE APOIO AOS MUNICÍPIOS EM PLANO DE PROVIDÊNCIAS**

A Sra Renata Mareziuzek dos Santos, técnica da Coordenação de Gestão do SUAS, iniciou a sua fala, e contextualizou que a Comissão Intergestores Bipartite pactuou na reunião de 28 de agosto, por instituir Câmara Técnica ampliada, para discutir juntamente com os Escritórios Regionais os Planos de Apoio aos Planos de Providência Habilitação dos Municípios. A referida Câmara Técnica reuniu-se em 25 de setembro de 2012, com a participação dos membros da CIB, José Roberto Zanchi, Leonardo Ferreira e Marcia Mazzarotto e 1 representante de cada Escritório Regional. Relatou que apresentou o modelo de Plano de Apoio aos participantes conforme preconiza a Resolução 008/2010 CIT; após os participantes da Câmara Técnica, trabalharam em 4 grupos, realizaram contribuições ao instrumento do Plano de Apoio.

As contribuições dos grupos foram sistematizados segue a tabela.

A Sra Renata Mareziuzek dos Santos, apresentou a sistematização dos Planos de Apoio, conforme tabela abaixo.



Formação específica para instrumentalizar os técnicos do E.R. sobre os recursos do FMAS, bem como o balancete, a LOA e a operacionalização e fluxos de aplicação. <b>(ação da sede a ser programada com os E.Rs);</b>
Realização de Reuniões regionalizadas com os contadores dos municípios. <b>(Ação Específica do Plano de Apoio);</b>
Visita técnica e participação nas reuniões dos conselhos municipais. <b>(Ação Específica do Plano de Apoio);</b>
Emissão de nota técnica referente as pendências existentes nos Planos de Providências. <b>(Ação Geral do Plano de Apoio);</b>
Adotar Plano de Providências, bem como Plano de Apoio, a todos os municípios com inobservâncias do SUAS, após notificação realizada pelo E.R. <b>(Ação de acompanhamento aos municípios);</b>
Disponibilizar sistema para registro dos acompanhamentos realizados pelos E.Rs aos municípios, além das informações relativas aos Planos de Apoio. <b>(Ação da SEDS/sede);</b>
Participação dos ERs nas câmeras técnicas da CIB pertinentes a temática. <b>(Ação da sede a ser programada com os E.Rs);</b>
Visita técnica da CIB para os municípios onde já se esgotaram todas as possibilidades de intervenções do E.R. <b>(Ação Geral do Plano de Apoio);</b>
Realizar reuniões ampliadas e regionalizadas nos meses de fevereiro a maio de 2013, com os prefeitos e gestores da política de assistência social. <b>(Ação de capacitação da sede);</b>
A chefia do E.R deve realizar reuniões com os prefeitos e/ou gestores sobre o Plano de Providências. <b>(Ação Geral do Plano de Apoio);</b>
Emissão de ofício da CIB com orientações e ressaltando a importância do cumprimento dos Planos de Providências. <b>(Ação Geral do Plano de Apoio);</b>
Apoio técnico da sede aos E.Rs in loco <b>(Ação da sede com os E.Rs);</b>

A Sra Renata Mareziuzek dos Santos, apresentou ao colegiado uma proposta de modelo (município de Marumbi) já com as contribuições da câmara, de instrumento para apreciar o formato elaborado, com prazo para resolução das pendências até a data de 31 de dezembro de 2012. **Instrumento Plano de Apoio Anexo.**

Ressaltou que surgiu a demanda dos Escritórios Regionais em adotar os Planos de

Providências e Planos de Apoio para todos os municípios com inobservâncias do SUAS, que é uma ação de acompanhamento dos municípios, pois existe um número relevante de municípios que apresentam distorções na sua realidade.

O colegiado pactuou os Planos de Apoio com as inclusões sugeridas.

Pactuou-se por abrir o processo de plano de providência para os municípios que apresentarem inobservâncias do SUAS, após o envio de relatório técnico do escritório Regional sinalizando as irregularidades.

## **PROGRAMA ESTADUAL DE REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O colegiado irá propor ao CEAS a inclusão de um membro da CIB, na Comissão Intersetorial para subsidiar as ações de reordenamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade do Estado do Paraná. O membro indicado é o Sr Leonardo Ferreira, da Secretaria Técnica da CIB.

## **CRITÉRIOS PARA EXPANSÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA EXPANSÃO 2013 DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE**

A Sra Letícia Hillen Reis, Coordenadora da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense, e membro deste colegiado, inicia sua fala, e apresenta os critérios de expansão do número de municípios prioritários para o ano de 2013. Relata que na primeira etapa do programa, foram contemplados 30 municípios e que na época foram decididos que os critérios gerais para escolha dos municípios iniciais na implantação do programa levariam em consideração questões de capacidade de gestão, pois se tratava de um projeto piloto, e questões sobre pobreza e desempenho municipal. Tendo em vista essa consideração, o Programa Família Paranaense precisou avaliar opções de indicadores e formas de combiná-los para priorização de municípios que seriam contemplados com ações focalizadas e de atenção das várias políticas setoriais envolvidas. Apresenta que foram realizados estudos para se determinar os 100 municípios prioritários previstos. Convida o estatístico do IPARDES, o Sr Sérgio Aparecido Ignácio para explanar sobre os indicadores utilizados.

O Sr Sérgio Aparecido Ignácio inicia sua fala e explica Os indicadores utilizados para

encontrar os municípios-piloto foram: 1. Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); 2. Percentual de extrema pobreza no município<sup>1</sup>; 3. municípios com taxa de atualização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); 4. existência de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)<sup>2</sup> e 5. municípios sem pendências na Comissão Intergestora Bipartite (CIB - Assistência Social). Todos os critérios foram entendidos como de mesma importância e como nem todos eram indicadores com valores contínuos, optou-se por transformar os indicadores em variáveis dicotômicas, considerando parâmetros que dividissem os municípios em 1 - de acordo com o parâmetro ou 0 - fora do parâmetro. Os parâmetros para os indicadores foram: 1. IPDM menor do que a mediana (município potencial); 2. % de extrema pobreza maior que a média do estado; 3. Atualização cadastral de no mínimo 70%<sup>3</sup>; 4. existência de Centro de Referência da Assistência Social; 5. municípios sem pendências na CIB. Considerou-se como os potenciais municípios para a implantação do programa aqueles que estavam dentro desses parâmetros em todos os indicadores. Com isso, pode-se encontrar um número grande de municípios que contemplariam todos os parâmetros estipulados. Levando esses critérios universais em consideração era preciso encontrar outros para diminuir o número de potenciais contemplados e a sua ordem de prioridade. Como existia uma ação determinada para a área de habitação, foi combinado com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em se basear na pesquisa de diagnóstico sobre assentamentos precários realizada para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) de 2010. Com isso avaliou-se que o indicador habitacional a ser usado seria: 1) o município ter ao menos uma favela em situação de risco e ter uma favela com pelo menos 80 domicílios precários. Esse cruzamento gerou os dez municípios chamados de fase 1. Foram feitos outros cruzamentos com indicadores estipulados pelos representantes das Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação, para continuar com a priorização e seleção dos municípios piloto. Os indicadores

1

Dado provindo do último Censo demográfico, dados do Universo, feito por encomenda pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que avalia quantas pessoas no município ganham até R\$70 reais, estipulado este como parâmetro para extrema miséria.

2

Foi utilizado o Censo SUAS – CRAS 2010.

3

Este é um referencial estipulado pelo MDS pela Coordenação que administra o CadÚnico.

e os parâmetros estipulados consistiram em: 1) municípios com taxa de abandono escolar maior que 8% ou municípios com taxa de aprovação escolar menor que 80%; e 2) percentual de nascidos vivos de mães adolescentes (com 10 a 14 anos) em relação ao total de nascidos vivos, sendo os municípios potenciais aqueles com o valor maior do que a média do estado. Esses segundos cruzamentos geraram os municípios da chamada fase 2. Os municípios dos grupos 1 e 2 constituíram-se no projeto piloto de 2012 do Programa Família Paranaense. Na segunda etapa de implementação do programa, a qual se está chamando de primeira expansão, também se precisa fazer um esforço para repensar indicadores ao nível municipal. Essa primeira expansão se realizará no ano de 2013. Reviram-se os indicadores e a maneira de combiná-los. Decidiu-se por fazer uma matriz de correlação entre alguns indicadores para avaliar se seria produtivo desenvolver outro método de combinação de indicadores ou utilizar um indicador sintético específico, como é o caso do IPDM. É essencial ressaltar que o IPDM já é um indicador sintético baseado em informações de registros oficiais que contemplam 3 indicadores de saúde, 5 indicadores de educação e 3 indicadores de emprego, renda e produção agropecuária<sup>4</sup>. E a proposta de sua criação se ancorava na ideia de que ele poderia servir como parâmetro para priorização de programas e investimentos nos municípios, mas que pudesse ser atualizado anualmente, diferente do IDHM que se baseia em dados censitários decenais. Os indicadores avaliados foram: 1) IPDM; 2) Percentual de extrema pobreza; 3) Taxa de domicílios com saneamento adequado<sup>5</sup>; 4) taxa de ocupação<sup>6</sup>; 5) taxa de abandono escolar no ensino fundamental; 6) taxa de abandono escolar no ensino médio; 7) taxa de aprovação escolar no ensino fundamental; 9) taxa de aprovação escolar no ensino médio; 10) valor do percentil 75 do Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias do Paraná (IVFPR); 11) Taxa de nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos. Com esses indicadores ter-se-ia uma boa ideia sobre a condição do

4

Ver Nota Metodológica 2012 sobre o cálculo do IPDM. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota\\_metodologica\\_IPDM.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf)

5

Dado produzido pelo IBGE que leva em consideração escoamento sanitário, abastecimento de água e destino do lixo. Ver IBGE.

6

Dados baseados na questão sobre ocupação e desocupação de pessoas do Censo do IBGE, dados da amostra, divulgados em maio de 2012.



município para o Programa Família Paranaense. Avaliando a matriz de correlação dos indicadores percebe-se que a maioria deles tem correlação fraca. Pode-se observar uma correlação média entre o valor do percentil 75 do IVFPR com o IPDM (negativa) e a correlação mais forte é entre o IPDM com o indicador de pobreza extrema .

MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON										
	IPDM 2009	% extrema pobreza	Total Abandono Fundamental 2010	Total Abandono Médio 2010	Total Aprovação Fundamental 2010	Total Aprovação Médio 2010	Percentil 75 do IVFPR	Taxa de ocupação	Domicílios com saneamento adequado	Taxa nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos
IPDM 2009	1	-,652*	-,285**	-,102*	,286**	0,042	-0,029	-0,023	,234**	-,293**
% extrema pobreza	-,652**	1	0,097	-0,067	-0,094	,154**	0,03	-,147**	-,292**	,244**
Total Abandono Fundamental 2010	-,285**	0,097	1	,488**	-,619**	-,366**	-0,044	,247**	0,02	0,093
Total Abandono - Médio 2010	-,102*	-0,067	,488**	1	-,273**	-,673**	-0,039	,165**	0,003	0,059
Total Aprovação Fundamental - 2010	,286**	-0,094	-,619**	-,273*	1	,483**	0,039	-,231**	-,122*	-,132**
Total Aprovação Médio 2010	0,042	,154**	-,366**	-,673*	,483**	1	0,039	-,152**	-,236**	-0,074
Percentil	-	0,397	0,052	0,005	-0,078	0,070	1	-0,045	-	0,152**



75 do IVFPR	0,468**	**							0,278**	
Taxa de ocupação	-0,023	-,147*	,247**	,165**	-,231**	-,152**	-0,024	1	,273**	-0,002
Domicílios com saneamento adequado	,234*	-,292*	0,02	0,003	-,122*	-,236**	0,055	,273**	1	-,149**
Taxa nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos	-,293**	,244**	0,093	0,059	-,132**	-0,074	-0,002	-0,002	-,149**	1

FONTES: IBGE – Censo 2010 – dados do universo e dados da amostra; Cadúnico agosto 2012, IPARDES 2009; INEP 2010.

NOTAS: \*\* A correlação é significativa, num teste bicaudal, ao nível de 0,01.\* A correlação é significativa, num teste bicaudal, ao nível de 0,05.

Observando a baixa correlação, e algumas delas estatisticamente não significante, entendeu-se que poderíamos usar somente alguns desses indicadores. Foram escolhidos o IPDM, o percentual de extrema pobreza e o valor do IVFPR para usar como critérios a serem conjuntamente associados para priorizar os municípios.

Por que inserir a dimensão extrema pobreza? Embora o IPDM tenha uma dimensão RENDA, esta é construída apenas com dados do emprego formal e refere-se ao rendimento médio municipal; o índice de pobreza, além de trabalhar com todo o rendimento familiar, tem a vantagem de ter maior cobertura, do que o emprego formal, nos pequenos municípios.

Por que usar o IVFPR? Esse índice foi formulado como critério para priorização de atendimento às famílias em cada município e também teve média correlação entre as duas variáveis anteriores.

Adotou-se o método de análise fatorial por componentes principais para estudar como esses indicadores conjuntamente explicam a maior parte da variância do conjunto original. É um técnica utilizada para determinar quais variáveis devem ficar juntas, por estarem fortemente associadas com certo fator. Se o conjunto de fatores extraídos é pequeno e se esses explicam suficientemente bem as variáveis originais, ter-se-á ganho em simplicidade. Se determinar o sentido dos fatores em termos de orientações ou características dos municípios, ter-se-á dado um passo importante no processo de sua tipificação.

A aplicação da técnica de análise fatorial procurou avaliar o quanto seria possível unindo os

3 indicadores explicar sobre a diferença e as variações de condições entre todos os municípios paranaenses. Aplicando a técnica, pode-se constatar que foi possível reduzir os três indicadores em um único fator explicativo, com a potencialidade de explicar 67,3% das variações dos três indicadores entre todos os municípios<sup>7</sup>.

A CIB pactuou os critérios de expansão.

## **JUSTIFICATIVA DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO FINALIZARAM O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Postergado para próxima reunião.

## **PLANO DE AÇÃO DO FEAS**

A Sra Marcela Divair Evangelista, assessora do Grupo Financeiro Setorial iniciou sua fala, lembrando que em reunião realizada no dia 28 de agosto de 2012, o colegiado pactuou por instituir Câmara Técnica para definição de critérios de partilha.

A Sra Marcela Divair Evangelista realizou leitura da memória da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento, elaborada pela Secretária Técnica da CIB, em que reuniram-se na data de 13 de setembro de 2012, a Coordenadora substituta do colegiado Ana Maria Macedo, os membros José Roberto Zanchi, Gladys Maria Teixeira Tortato, Larissa Marsolik Tissot, Leonardo Ferreira, Marcia Mazzarotto, Godofredo Steinwandt Neto, Deizi Zamzoum, Marilene Teixeira Motter, a coordenadora da Proteção social Especial Mara C. Ferreira e as técnicas da Unidade Técnica do Família Paranaense Paula Calsavara Cunha, da Coordenação de Proteção Social Básica Maria Leonor Zanella, da Coordenação de Gestão do SUAS Pedro Braga Carneiro, da Coordenação de Renda de Cidadania Michele Cristina Ribeiro .

A Sra Marcela Divair Martins explanou sobre Plano de Ação do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS 2013, conforme tabela abaixo:

---

7

O detalhamento sobre os testes de comunalidade, a redução do fator por regressão, a matriz de correlação, a tabela dos componentes de explicação do fator, bem como a ordem dos 399 municípios foram registrados pela equipe responsável da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) para esclarecimentos técnicos.



OBJETIVO	AÇÕES	FONTE 142	FONTE 100	FONTE 148	FONTE 250	FONTE 257	FONTE 281	TOTAL
Família Paranaense - R\$ 14.155.630,00	1 - Apoio técnico e financeiro aos municípios para acompanhamento intersetorial e sistemático das famílias;	369.800,00		369.800,00	-	-	-	739.600,00
	2 - Efetivação de parcerias com organizações públicas, privadas e entidades sociais;	69.340,00		-	-	-	-	69.340,00
	3 - Gestão do Programa (Apoio, Divulgação, Capacitação, Metodologia, Sistema, etc)	242.680,00		-	34.670,00	-	-	277.350,00
	4 - Transferência de renda para as famílias do Programa Família Paranaense		13.000.000,00	-	-	-	-	13.000.000,00
	5 - Atendimento às famílias beneficiadas do Plano Brasil sem Miséria	69.340,00		-	-	-	-	69.340,00
Aprimoramento da Gestão - R\$ 2.958.130,00	1 - Apoio aos municípios para Aprimoramento da Gestão do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, para o fortalecimento do controle e participação social;	-		-	17.050,00	-	-	17.050,00
	2 - Capacitação dos Trabalhadores e Conselheiros do SUAS (Escritórios Regionais, Gestores Municipais e de Entidades, outros atores da Assistência);	-		-	-	-	1.880.000,00	1.880.000,00
	3 - Gestão do CadÚnico - Cadastro Único;	-		-	-	-	220.000,00	220.000,00
	4 - Gestão do CadÚnico - Cadastro Único (Equipamentos);	-		-	-	-	290.000,00	290.000,00
	5 - Assessoramento e apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de sistemas municipais de Assistência Social;	-		-	8.280,00	190.560,00		198.840,00
	6 - Produção de diagnósticos e estudos técnicos sobre a gestão e execução da Política da Assistência Social;	-		-	-	136.350,00		136.350,00
	7 - Implantação e implementação do Sistema Estadual de informação, monitoramento e avaliação do SUAS;	-		-	-	147.710,00		147.710,00
	8 - Estruturação organizacional e funcionamento da área de vigilância socioassistencial no âmbito da gestão do SUAS;	-		-	-	34.090,00		34.090,00
	9 - Estruturação organizacional e funcionamento da área de vigilância socioassistencial no âmbito da gestão do SUAS;	-		-	-	34.090,00		34.090,00
Proteção Social Básica - R\$ 5.787.660,00	1 - Construção/Ampliação/Reforma dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, e outras unidades de Proteção Social Básica;	-		900.000,00				900.000,00
	2 - Implementação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;	-		440.000,00				440.000,00
	3 - Co-financiamento dos serviços tipificados de Proteção Social Básica, de Benefícios Eventuais e/ou Pequenos Reparos;	1.624.420,00				344.410,00		1.968.830,00
	4 - Co-financiamento dos serviços tipificados de Proteção Social Básica, de Benefícios Eventuais e/ou Pequenos Reparos através de repasse fundo a fundo;	1.624.420,00				344.410,00		1.968.830,00
	5 - Gestão do Bolsa Família;	-					220.000,00	220.000,00
	6 - Gestão do Bolsa Família (Equipamentos);	-					290.000,00	290.000,00
Proteção Social Especial - R\$ 8.673.580,00	1 - Construção/Ampliação/Reforma dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;	-		2.359.200,00				2.359.200,00
	2 - Implementação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;	-		565.000,00				565.000,00
	3 - Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Atendimento e Acolhimento de Média e Alta Complexidade, através de parcerias com municípios e entidades sociais;	-		366.000,00				366.000,00
	4 - Co-financiamento dos serviços de acolhimento através de parcerias com entidades sociais;	-				2.588.390,00		2.588.390,00
	5 - Co-financiamento dos serviços de Média Complexidade e/ou pequeno reparos no âmbito da Proteção Social Especial;	-				500.000,00		500.000,00
	6 - Co-financiamento dos serviços de Média Complexidade e/ou pequenos reparos no âmbito da Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo;	-				250.000,00		250.000,00
	7 - Co-financiamento dos serviços de Média Complexidade e/ou pequenos reparos no âmbito da Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo;	-				250.000,00		250.000,00
	8 - Co-financiamento dos serviços de Alta Complexidade e/ou pequenos reparos no âmbito da Proteção Social Especial;	-				612.500,00		612.500,00
	9 - Co-financiamento dos serviços de Alta Complexidade e/ou pequenos reparos no âmbito da Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo;	-				306.250,00		306.250,00
	10 - Co-financiamento dos serviços de Alta Complexidade e/ou pequenos reparos no âmbito da Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo;	-				306.250,00		306.250,00
	11 - Ações de emergência, socorro e calamidade pública tipificados como serviços de Proteção Social Especial;	-				254.340,00		254.340,00
	12 - Ações de emergência, socorro e calamidade pública tipificados como serviços de Proteção Social Especial;	-				315.650,00		315.650,00
<b>TOTAL</b>		<b>4.000.000,00</b>	<b>13.000.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>6.615.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>31.575.000,00</b>



A Câmara Técnica de Orçamento reuniu-se e decidiu por aprovar a proposta do Plano de Ação do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, para elaboração da Lei Orçamentária anual 2013.

A Sra. Marcela Divair Evangelista, explanou novamente ao colegiado o Plano de Ação apresentado na Câmara Técnica e a CIB apreciou o Plano de Ação do FEAS 2013.

### **REVISÃO DAS HABILITAÇÕES**

Postergado para próxima reunião.

### **INFORMES**

#### **REUNIÃO DO FONACEAS**

Postergado para próxima reunião.

#### **PLANO VIVER SEM LIMITES – Cofinanciamento Estadual**

Postergado para próxima reunião.

